5956968	1	TYLARA MONTELO AUAD	01/10/2021 A 30/09/2022
5898997	4	VANESSA MAELY DOS SANTOS FONSECA	01/11/2021 A 31/10/2022
5919369	4	VIVALDO GEMAQUE DE ALMEIDA	01/11/2021 A 31/10/2022
5957442	1	WAGNER DOS SANTOS FERREIRA	01/11/2021 A 31/10/2022
5956949	1	YASSER NUNES RODRIGUES	01/10/2021 A 30/09/2022

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 887901

CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES.

Protocolo: 2022/1551730

Portaria Nº 5245/22, de 13 de dezembro de 2022.

R E S O L V E:

CONCEDER 30(trinta) dias de férias regulamentares a servidora ELLEN PATRICIA DE SOUZA COSTA RODRIGUES PASSOS, Id. Funcional nº 57209386/ 1, cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO C, no período de 01.11.2022 a 30.11.2022, referente ao período aquisitivo de 18.12.2019 a 17.12.2020.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 887884

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2022/SEASTER

PROCESSO Nº 2021/1440916

OBJETO: Aquisição de 25% sobre o valor geral das fraldas

DATA DA ASSINATURA: 18/04/2022

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 43101.08.122.1297.8338

NATUREZA DE DESPESA: 3390.30

AÇÃO DETALHADA: 189.517

FONTE: 0101

VALOR 25%: R\$ 112.067,56

CONTRATADO: FF DE ALENCAR EIRELI

CNPJ: 09.165.782/0001-93

END: ALAMEDA OSASCO, Nº 2612 – BAIRRO ESTRELA, CASTANHAL/PA,

CEP: 68.743-280

ORDENADOR: INOCENCIO RENATO GASPARIM

MAT. 5945555/1

Protocolo: 887720

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2022/209216/SEASTER

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2022/SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 2022/209216/SEASTER, que versa a respeito do Pregão Eletrônico nº. 32/2022/SEASTER, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total de automóveis, para veículos pertencentes a frota oficial desta Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

Considerando o despacho final do Sr. Pregoeiro e a decisão final do Recurso Administrativo proferida por esta autoridade competente da SEASTER, por meio do despacho acostado nos autos do supracitado processo, determinando a Adjudicação e a Homologação do Pregão Eletrônico nº. 32/2022/SEASTER, adjudicado em favor da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº. 61.198.164/0001-60, pelo valor total de R\$ 98.547,15; uma vez demonstrada a regularidade da proposta vencedora, bem como a idoneidade da licitante adjudicatária, nos moldes do disposto pelo art. 45 do Decreto Estadual nº. 534/2020;

RESOLVE:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR o resultado do Pregão Eletrônico nº. 32/2022/SEASTER, adjudicado em favor da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº. 61.198.164/0001-60, pelo valor total de R\$ 98.547,15; uma vez demonstrada a regularidade da proposta vencedora, bem como a idoneidade da licitante adjudicatária, nos moldes do disposto pelo art. 45 do Decreto Estadual nº. 534/2020.

Belém (PA), 13 de dezembro de 2022

Inocencio Renato Gasparim

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Protocolo: 887675

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA

Portaria INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre o funcionamento das Câmaras Técnicas de Gestão da Socioeducação no Estado do Pará. O Presidente Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, usando de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto Estadual nº 32.199/12, e CONSIDERANDO as prescrições da Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, Lei SINASE, em seu artigo Art. 4º, inciso I e IV; CONSIDERANDO a necessidade de consolidar a missão institucional da FASEPA de coordenar a política estadual de Socioeducação; CONSIDERANDO que já foram instituídas Câmara Técnica de Acompanhamento das Ações do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo (CTAAPASE); Câmara Técnica de Acompanhamento da Gestão Pedagógica no Atendimento socioeducativo (CTAGPASE); Câmara Técnica de Regionalização do Atendimento Socioeducativo (CTRASE), através das Portarias Nº 457, 456 e 458 de 30 de julho de 2020, Publicadas sob Nº 34.302, Pagina 63 no Diário Oficial do Estado, em 06 de agosto de 2020; CONSIDERANDO a necessidade de normatização das Câmaras técnicas como estratégia de gestão do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo; RESOLVE: Art. 1º - Instituir o funcionamento das Câmaras Técnicas como estratégia de gestão Participativa da Socioeducação na perspectiva de consolidar a missão institucional da FASEPA referente a Coordenação da Política Estadual de Atendimento Socioeducativo. CAPÍTULO IDA FINALIDADE E COMPETÊNCIA Art. 2º - As Câmaras Técnicas de Gestão da Socioeducação no Estado do Pará se constituem em instâncias de caráter consultivo e de suporte ao Gestor Estadual do Sistema Socioeducativo e à Comissão Interinstitucional de Acompanhamento e Avaliação do SINASE no Pará, criadas pelo Gestor Estadual para determinado fim, mas com as seguintes atribuições básicas: I Promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação da Gestão do Atendimento Socioeducativo no Pará e dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Socioeducação; II Colher subsídios para identificar a avaliação da necessidade de revisão e/ou aprimoramento da Gestão Estadual do Sistema Socioeducativo, e III Elaborar e encaminhar propostas para apreciação do Gestor da Política Estadual de Atendimento Socioeducativo e da Comissão Interinstitucional de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo no Pará; CAPÍTULO IIDA COMPOSIÇÃO E DIREÇÃO Art. 3º - As Câmaras Técnicas de Gestão da Socioeducação no Estado do Pará são compostas por servidores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA, representantes de coordenações, núcleos e setores afins com as temáticas Art. 4º - Os membros das Câmaras Técnicas serão designados pelo gestor do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo nomeados através de Portarias com publicação em Diário Oficial do Estado. § 1º - As Câmaras Técnicas poderão ser compostas, excepcionalmente e temporariamente por representantes de outros órgãos envolvidos direta e indiretamente com política de Socioeducação, a convite da FASEPA, de acordo com o nível de complexidade e importância desses assuntos. § 2º - A atividade dos membros de Câmaras Técnicas é considerada serviço público relevante e não ensejará a percepção de qualquer remuneração. Art. 5º - As Câmaras Técnicas terão um coordenador eleito entre seus membros para um mandato de um ano. CAPÍTULO III DAS CÂMARAS TÉCNICAS E SUAS COMPETÊNCIAS Art. 6º - As Câmaras Técnicas de Gestão da Socioeducação no Estado do Pará tem suas competências definidas nas Portarias Nº 456, 457 e 458 de 30 de julho de 2020, Publicadas sob Nº 34.302, Pagina 63 no Diário Oficial do Estado, em 06 de agosto de 2020. Art. 7º - Compete aos coordenadores das Câmaras Técnicas: I - convocar reuniões; II - designar relatores para emitir pareceres sobre os assuntos relativos aos trabalhos específicos das Câmaras III - resolver questões de ordem suscitadas nas reuniões IV - cumprir e fazer cumprir as decisões das reuniões; V - encaminhar ao Gestor Estadual do Sistema de Atendimento Socioeducativo as matérias aprovadas em reuniões; VI - convidar para as reuniões pessoas físicas ou jurídicas que possam trazer esclarecimentos sobre os assuntos de interesse das Câmaras, após a aquiescência do Gestor Estadual; VII - representar as Câmaras Técnicas junto a Comissão Interinstitucional de Acompanhamento e Avaliação do SINASE no Pará e em todos os atos que se fizerem necessários, e VIII - desempenhar outras atribuições inerentes ao exercício de suas competências. Art. 8º - Compete aos membros de Câmaras Técnicas: I - comparecer às reuniões e delas participar, observando o que dispõe esta instrução normativa; II - relatar processos para os quais sejam designados relator; III - solicitar diligências, informações e outras medidas julgadas necessárias ao desempenho das atividades das Câmaras; IV - apresentar, discutir e votar propostas; e V - solicitar ao Presidente da Câmara a convocação das reuniões que julgar necessárias. Art. 9º - Compete ao Gestor Estadual do Sistema de Atendimento Socioeducativo: I - Acatar e adotar as providências necessárias ao cumprimento das proposições tomadas nas Câmaras; II - solicitar assessoramento técnico às Câmaras, com vistas à realização das suas competências; III - conduzir o processo de compatibilização das propostas técnicas submetidas às Câmaras; IV - proceder avaliações técnicas das matérias em discussão no âmbito das Câmaras, visando subsidiar as decisões; V - apoiar a convocação e operacionalização das reuniões; VI - desempenhar outras atribuições inerentes ao exercício das